

PSICOLOGIA E ACE: INTERVENÇÕES ÉTICO-POLÍTICAS EM COMUNIDADES.

Resumo

Este artigo tem por objetivo apresentar a experiência relativa à disciplina Atividade Curricular de Extensão 1 (A.C.E.1), desenvolvida junto ao primeiro período do curso de Psicologia da Unidade Educacional Palmeira dos Índios. Tal atividade está ligada ao projeto de Extensão Psicologia Social e Saúde Mental: intervenções ético-políticas em comunidades. O projeto tem por objetivo a inserção dos estudantes, desde o primeiro período do curso, em comunidades de Palmeira dos Índios e municípios circunvizinhos, com vistas a lhes proporcionar o contato com a realidade da população local, o levantamento de demandas que podem ser respondidas pela Psicologia e ainda a elaboração de projetos que possam ser desenvolvidos nestas comunidades. Para tanto, nesta primeira etapa (A.C.E.1), os estudantes realizaram visitas às comunidades, principalmente em Unidades Básicas de Saúde e escolas, para realização de mapeamento e elaboração de projetos. Tais atividades foram acompanhadas e orientadas pelas monitoras e supervisionadas pela docente responsável pela disciplina. Nesta primeira etapa, foram elaborados projetos nas seguintes temáticas: ansiedade e atividades escolares, acompanhamento de diabéticos e hipertensos, pré-natal psicológico, visitas domiciliares como ferramenta de acompanhamento de diabéticos, formação e orientações de docentes para o trabalho com adolescentes.

Palavras-chave: A.C.E. Psicologia comunitária. Compromisso ético-político. Saúde Mental. Monitoria

ISSN Eletrônico 2236-5842
Vol. 11 | N° 10
Jul-Dez | 2022

MARIA AUGUSTA COSTA DOS SANTOS/(Autora)
Vínculo Institucional: UNIVERSIDADE
FEDERAL DE ALAGOAS

Submetido em NOV./2022.
Aceito em NOV./2022.
Revisado em NOV./2022
Publicado em DEZ./2022

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta a experiência da Atividade Curricular de Extensão 1 (A.C.E.1), desenvolvida no segundo semestre letivo do ano de 2021. Tal disciplina e experiência, estão ligadas ao projeto de extensão Psicologia Social e Saúde Mental: intervenções ético-políticas em comunidades, que tem por objetivo proporcionar aos estudantes do curso de Psicologia, matriculados nas disciplinas A.C.E. 1 e 2, a inserção em comunidades de Palmeira dos Índios e dos municípios circunvizinhos ao território onde está instalada a Unidade Educacional da Ufal. Visa ainda o desenvolvimento de projetos e intervenções no campo de conhecimento e atuação da Psicologia nestas regiões, com vistas ao desenvolvimento de uma melhor qualidade de vida de seus habitantes, principalmente junto à população em vulnerabilidade social.

A Unidade da UFAL em Palmeira dos Índios foi implantada no ano de 2006 no município, como parte do projeto do Governo Federal de interiorização do ensino superior. Desde então, o curso de Psicologia tem promovido ações de ensino, pesquisa e extensão que propiciam à população do território o acesso à uma Psicologia crítica, ética e política. Estas intervenções não só fortalecem o ensino e a formação dos futuros psicólogos e psicólogas, como concretizam a tríade Instituto de Ensino Superior - Serviços - Comunidades, ampliando os atendimentos em Psicologia e ainda proporcionando o acesso a esses serviços que tradicionalmente foram negados à população de baixa renda.

Para tanto, o projeto em tela foi desenvolvido pelos/as estudantes matriculados(as) nas ACEs 1 e 2, no primeiro e segundo períodos do curso de Psicologia e aconteceu em seis etapas: 1. Reconhecimento e diagnóstico das demandas do território; 2. Entrevista ou reuniões com profissionais dos serviços e com a população; 3. Identificação e eleição de demandas para intervenção; 4. Elaboração de projetos de intervenção comunitária; 5. Desenvolvimento de projetos de intervenção comunitária; 6. Devolutiva e avaliação dos projetos. As etapas 1, 2, 3 e 4 foram desenvolvidas no primeiro período do curso (A.C.E.1) E as demais etapas estão em desenvolvimento no segundo período (A.C.E.2).

Ao iniciarem o curso de Psicologia, muitos são os estudantes que chegam à universidade com uma visão tradicional e engessada da Psicologia e de suas práticas, quase sempre ligadas à uma psicologia clínica, restrita a um consultório e voltada para sujeitos que

podem pagar por ela. Tal visão, faz parte do imaginário popular, mas também de uma prática psicológica e de uma formação histórica da Psicologia brasileira.

As disciplinas A.C.E 1 e 2 foram pensadas no formato apresentado, principalmente para que os aspirantes Psicólogos(as), consigam ampliar o seus conceitos quanto à ciência e a profissão psicológicas e experienciem na prática os conhecimentos que são discutidos e problematizados nas disciplinas que compõem o primeiro período da matriz do curso de Psicologia.

Assim sendo, desde o início do curso, eles têm acesso às demandas e a realidade dos serviços de saúde, educação e assistência social, que exigem da Psicologia uma resposta contextualizada, ética e política, visando principalmente o atendimento de comunidades e pessoas que se encontram em vulnerabilidade social e que tradicionalmente e historicamente não tiveram acesso aos serviços de Psicologia.

Nesse contexto, encontram e reconhecem também que os serviços de Psicologia não estão ligados apenas à contextos de patologias e adoecimentos mentais, mas ao cotidiano dos sujeitos, suas histórias de vida, suas demandas, onde a saúde mental e do corpo não se separam, mas acontecem no dia-a-dia, no fazer e no viver diário e com isso, exige também que as metodologias e as formas de lidar com essas demandas sejam diversas e construídas a partir de cada uma delas.

A partir do exposto, entendeu-se que esta forma de trabalhar as ACEs no curso de psicologia, traria significativas contribuições, quais sejam: para a Instituição - unidade educacional - curso: ampliação dos cenários de prática que são de extrema importância para a formação dos estudantes e para devolver à população o investimento que é realizado no ensino superior. Para as/os estudantes, a riqueza de possibilidades de atuação, bem como o contato com a realidade material de grande parte da população brasileira e que tradicionalmente não têm acesso aos serviços de Psicologia. Para a população: a ampliação da oferta de serviços de psicologia e a contribuição para a qualidade de vida dos sujeitos do território. Para a Psicologia enquanto Ciência e profissão: o enriquecimento na produção de conhecimentos sobre a atuação da Psicologia nas comunidades.

PSICOLOGIA E COMPROMISSO ÉTICO-POLÍTICO

A Psicologia é uma profissão que tem apenas 60 anos de regulamentação no Brasil, no entanto, ela surgiu oficialmente nos idos do ano de 1879 na Alemanha, quando Wundt criou o primeiro laboratório de Psicologia, atendendo aos critérios científicos da época. Naquele momento, teve como principais condições sócio-históricas para esse surgimento a elaboração de um experiência subjetiva privatizada e a crise dessa mesma experiência (FIGUEIREDO, SANTI, 1997)

No Brasil, foi reconhecida como profissão através da Lei 4.119 de 27 de agosto de 1962 e tradicionalmente, sua história esteve ligada às elites governantes tornando-se uma profissão voltada ao controle, à categorização e à diferenciação. Tal subserviência, tornou os seus serviços de difícil acesso, ou seja, disponível apenas para aqueles que pudessem pagar (BOCK, 2006).

Porém, entre os anos 1970 e 1980, há um intenso questionamento por parte dos professores, acadêmicos, pesquisadores, psicólogos e estudantes brasileiros de Psicologia quanto ao papel social da mesma, principalmente junto aos povos oprimidos da América Latina. Tal movimento resultou em uma intensa produção de teorias e métodos, identificados como teorias críticas em Psicologia. (GOIS, s/d.; BOCK, GONÇALVES, 2002).

Tais teorias abrem espaço na Psicologia e na sociedade para uma atuação contextualizada e voltada à realidade das maiorias populares (MARTIN-BARÓ, 1996), que têm como principal objetivo a intervenção para a conscientização e potencialização dessa população. Assim sendo, a Psicologia sai dos consultórios, escolas e empresas e vai para o meio do povo, atuar principalmente nas políticas públicas de saúde, educação e assistência social.

Nesse contexto e segundo Gesser,

Hoje vem ocorrendo um processo de (re)construção da identidade da Psicologia. O Conselho Federal de Psicologia (CFP) vem promovendo diversas ações que se propõem a instrumentalizar os psicólogos para atuarem nas políticas públicas com base na garantia dos direitos humanos (Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas - CREPOP, 2007; Schwede, Barbosa, & Schruher Junior, 2008; Machado et al., 2005). (GESSER, 2013, p. 68)

Entende-se que as políticas públicas são espaços privilegiados de atuação para os psicólogos e psicólogas, onde deve-se privilegiar a promoção e a garantia dos direitos humanos,

com vistas à potencialização dos sujeitos e o rompimento de práticas opressoras, excludentes e assistencialistas (GESSER, 2013).

Ainda nessa perspectiva, Sawaia (1999), traz importantes reflexões que nos auxiliam a contextualizar nosso trabalho, principalmente ao discutir a dialética exclusão/inclusão social aliada ao conceito de inclusão perversa, que falsamente proporciona aos sujeitos a sensação de inclusão, quando na verdade lhes falta tudo ou todo o acesso que lhes dão aos serviços e ao seu mundo, é precário.

A dimensão subjetiva desse processo de exclusão/inclusão social perversa consiste no sofrimento ético-político. [...] Ele revela a tonalidade ética da vivência cotidiana da desigualdade social, da negação imposta socialmente às possibilidades da maioria apropriar-se da produção material, cultural e social de sua época, de se movimentar no espaço público e de expressar desejo e afeto. (SAWAIA, 1999, p. 105-106)

Pensar tal sofrimento das populações com as quais trabalhamos, nessa perspectiva trazida por Sawaia (1999), significa desvendar esse processo e buscar também uma atuação no âmbito das políticas públicas que tenham acima de tudo uma postura ético-política que revelem o compromisso da Psicologia diante desses sujeitos.

Diante do exposto, entendemos que a formação em Psicologia deve estar em sintonia com tais aspectos teórico-metodológicos e ético-políticos que desde o primeiro momento devem conduzir não só o pensamento, mas também a práticas das futuras e futuros profissionais de Psicologia. E a compreensão das demandas e do contexto no qual a população brasileira e em particular, do Agreste de Alagoas vivem, é condição fundamental para a atuação desses futuros profissionais.

Materiais e métodos ou percurso do projeto

O projeto de extensão aqui apresentado teve por objetivo geral proporcionar aos estudantes do curso de Psicologia, matriculados nas disciplinas A.C.E. 1 e 2, a inserção em comunidades dos municípios circunvizinhos ao território onde está instalada a Unidade Educacional da Ufal em Palmeira dos Índios. Por objetivos específicos visou ainda o desenvolvimento de projetos e intervenções no campo da Psicologia nestas regiões, com vistas ao desenvolvimento de uma melhor qualidade de vida de seus habitantes.

Para tanto, este projeto foi desenvolvido em seis etapas: 1. Reconhecimento e diagnóstico das demandas do território; 2. Entrevista ou reuniões com profissionais dos serviços e com a população; 3. Identificação e eleição de demandas para intervenção; 4. Elaboração de projetos de intervenção comunitária; 5. Desenvolvimento de projetos de intervenção comunitária; 6. Devolutiva e avaliação dos projetos.

As disciplinas de A.C.E. 1 e 2 estão ligadas às disciplinas ministradas no primeiro e no segundo períodos do curso e ainda a um projeto de extensão. Como os estudantes e as estudantes que cursam tais disciplinas são ingressantes no curso, a docente responsável pelas mesmas sempre une a estes a figura do monitor. Estes têm a função de acompanhar mais de perto as atividades realizadas pelos alunos matriculados nas A.C.E.s.

Para o desenvolvimento das atividades, a princípio, foram realizados encontros formativos que tiveram o objetivo de orientar os estudantes quanto aos procedimentos e metodologias a serem utilizadas nas comunidades. Um formulário de mapeamento e conhecimento do território e das demandas da população foi apresentado e discutido em seus mínimos detalhes para que tal instrumento fosse conhecido e familiarizado pelos discentes.

Em seguida, o grupo de alunos foi dividido em subgrupos de até cinco pessoas, perfazendo o total de 10 grupos, e destinados à orientação de uma monitora. Cada monitora ficou responsável pela orientação de dois grupos e a docente da disciplina e coordenadora do projeto, foi responsável pela supervisão tanto das monitoras quanto dos estudantes.

Após tais orientações, os grupos iniciaram as imersões nas comunidades e orientados pelo formulário de mapeamento, visitaram as comunidades com vistas a identificação de equipamentos de políticas públicas localizados nos territórios dos municípios de Arapiraca e Palmeira dos Índios.

Uma vez identificados os serviços, foram realizadas as visitas. Uma carta de apresentação foi entregue aos gestores ou responsáveis pela instituição e uma vez aceita a presença dos estudantes ali, procederam às entrevistas com profissionais e usuários dos serviços. Dentre os objetivos desta etapa, estava ouvir e identificar as demandas da comunidade para o trabalho interventivo.

Realizada esta etapa, as equipes procederam às leituras e análises das entrevistas. Cada entrevista foi lida em conjunto, analisada e identificadas as demandas que mais apareceram nas falas dos entrevistados ou que se faziam mais urgentes. Uma vez identificadas, os estudantes

procederam ao levantamento de leituras de artigos e estudos que falassem sobre a temática, para conhecer e problematizar a mesma e terem respaldo teórico para o trabalho. Além de tais leituras, eles também utilizaram as leituras e discussões realizadas em sala de aula para dar suporte ao projeto.

Após esta etapa, um relatório/projeto de intervenção foi elaborado para responder às demandas levantadas e escolhidas após análise. Tal projeto continha: a contextualização do território e do serviço; uma revisão de literatura sobre a temática a ser trabalhada; uma metodologia com objetivo geral e a projeção dos encontros que seriam realizados no período letivo seguinte na disciplina A.C.E. 2. As etapas seguintes: intervenções nas comunidades e devolutivas, estão em andamento.

Resultados e discussões

A Psicologia como Ciência e profissão no Brasil, tem uma história de 60 anos que vem sendo revisitada e analisada nos últimos tempos. Como bem afirmou Bock e Gonçalves (2002), tal história está intimamente imbricada com a história das elites brasileiras que necessitavam dessa profissão para servir aos seus próprios interesses. No entanto, muito também se tem questionado sobre esse papel da Psicologia e a própria formação do Psicólogo e da Psicóloga sofreu mudanças ao longo desses anos.

Muito conhecida por seu trabalho nas clínicas particulares, nas empresas e escolas, a Psicologia comumente esteve voltada ao controle, a categorização e a diferenciação dos sujeitos, criando diferenciações, patologizando a saúde mental e buscando o “homem certo para o lugar certo”, com o intuito de higienizar, classificar e também torná-los mais produtivos para a sociedade capitalista.

Este projeto foi na contra-mão dessa psicologia e alinhado à uma formação mais contextualizada, ética e comprometida com a sociedade, foi até a população ouvir suas demandas, seus anseios e queixas que podiam e podem ser respondidas pela Psicologia e se debruçaram sobre elas, pesquisando, estudando e propondo intervenções que ultrapassassem essa visão estereotipada de Psicologia, utilizando de metodologias comunitárias e participativas para respondê-las.

Os projetos propostos pelos estudantes, atenderam demandas das políticas públicas de Saúde (em sua maioria) e educação. Na saúde, os mapeamentos foram desenvolvidos em Unidades Básicas de Saúde dos municípios de Arapiraca e Palmeira dos Índios, onde foram identificadas demandas com diabéticos e hipertensos, gestantes e saúde mental (8 grupos). Na Educação, dois grupos visitaram escolas e encontraram demandas relativas à saúde mental e ansiedade pós-período pandêmico e uma demanda relativa à formação de DOTs (Docentes Orientadores de Turma), para melhor escuta e acolhimento aos alunos. Nenhum dos grupos optou por realizar mapeamento e trabalhos interventivos na Assistência Social.

Faz-se necessário frisar que a escolha pelos espaços é de responsabilidade dos grupos e que o papel da docente da disciplina neste momento é realizar o contato com as Secretarias Municipais de Saúde ou outras secretarias, caso seja necessário, para compartilhar o projeto e ainda solicitar a autorização para a realização do mesmo. Em relação às escolas, estas exigem apenas a carta de apresentação dos estudantes e o conhecimento dos objetivos do projeto para a aceitação das ações.

É importante que se chame atenção aqui para a receptividade das escolas em relação à atuação dos alunos de Psicologia em seus espaços. Nas visitas realizadas, há sempre uma melhor recepção e ainda uma comunicação de demandas diversas que podem ser respondidas e trabalhadas pelos estudantes extensionistas de Psicologia. Tal fato demonstrou ainda que as preocupações de gestores, docentes e estudantes entrevistados ultrapassam as questões de aprendizagem e enveredam por contextos diversos que colocam o sofrimento psíquico como mediador dos espaços de aprendizagem.

O estudante de Psicologia, foi assim, colocado diante de demandas e de espaços de atuação que não esperavam encontrar tradicionalmente em um curso de Psicologia e que lhes desafiam a pensar para além de uma Psicologia tradicional e buscar conhecimentos e metodologias que embasem suas atuações desde o início de sua formação.

O conhecimento do território e ainda dos usuários e usuárias dos serviços, lhes colocam em contato com a realidade de uma grande maioria da população brasileira, atendida e assistidas nesses serviços e que muitas vezes nunca tiveram contato com um profissional de Psicologia, seja porque eles não estão presentes em seu território, seja porque não entendem a atuação da Psicologia nas situações do cotidiano da vida, mas apenas em situações de adoecimento psíquico.

O papel das monitoras nesse contexto foi de suma importância, uma vez que os mesmos já passaram por esta experiência anteriormente ao cursarem as A.C.E.s e principalmente, porque assistem mais de perto a cada grupo, de maneira a conseguirem acompanhar com mais frequência as demandas advindas dos mesmos, indicando ferramentas de pesquisa, leituras, metodologias de análise e de intervenção, entre outros.

CONCLUSÃO

Iniciamos este artigo, apresentando a experiência do desenvolvimento das A.C.E.s junto ao Projeto de Extensão Psicologia Social e Saúde Mental: intervenções ético-políticas em comunidades, desenvolvida no segundo semestre letivo do ano de 2021 e em andamento em 2022.1. As disciplinas e o Projeto têm por objetivo proporcionar aos estudantes do curso de Psicologia, matriculados nas disciplinas A.C.E 1 e 2, a inserção em comunidades de Palmeira dos Índios e dos municípios circunvizinhos ao território onde está instalada a Unidade Educacional da UFAL. Objetivou ainda o desenvolvimento de projetos e intervenções no campo da Psicologia nestas regiões, com vistas ao desenvolvimento de uma melhor qualidade de vida de seus habitantes, principalmente junto à população em vulnerabilidade social.

No decorrer do projeto, foi importante discutir e problematizar com os estudantes e monitoras a história e o papel da Psicologia no decorrer dos anos e como, nos dias atuais o compromisso social dessa Ciência e Profissão se faz cada vez mais urgente nas atividades de profissionais e estudantes de Psicologia.

Tal experiência proporcionou aos alunos e alunas, não só refletirem sobre o papel da psicologia para a sociedade, mas também a desmistificar esse papel, aprendendo e entendendo que a atuação em Psicologia necessita estar contextualizada, os territórios precisam ser conhecidos, seus costumes, cultura, história e funcionamento, bem como a comunidade que ali habita.

Outro ponto importante, diz respeito ao entendimento e atendimento das demandas que são identificadas pela própria comunidade e não pelos estudantes. É comum vermos os alunos e alunas desejando escolher temáticas e problemáticas que têm afinidade ou interesse para o desenvolvimento de seus projetos. No entanto, na A.C.E. eles aprendem que estas demandas e

temáticas devem ser identificadas pelos próprios sujeitos, usuários dos serviços e moradores das comunidades. São eles que entendem de seu cotidiano e de suas necessidades e é a partir deles que devemos trabalhar.

Para a formação, entendemos que este é um momento importante de aprendizagem em que os alunos e alunas matriculados nas A.C.E.s têm a oportunidade, desde o início do curso, de aprenderem o olhar, a escuta e a prática Psi. Para as monitoras, o projeto trouxe a possibilidade de um olhar mais atento à formação, uma vez que se colocam como responsáveis pelo acompanhamento e aprendizagem de outros.

Para o curso de Psicologia e a instituição, foi e está sendo um momento de enriquecimento de espaços de atuação e de aprendizagem e ainda de devolução do investimento realizado nas IES, tanto aos serviços quanto à comunidade, fortalecendo a tríade IES-Serviços-Comunidade. E para a própria Psicologia enquanto Ciência e Profissão são gerados novos conhecimentos, novas formas de atuação e ainda uma nova forma de entender a formação em Psicologia: uma psicologia ética e comprometida com a sociedade.

Para os usuários dos serviços onde o projeto através da A.C.E. se fez presente, foram e estão sendo muitos e significativos ganhos, uma vez que os mesmos puderam ser ouvidos em suas demandas - dentre eles muitos tiveram pela primeira vez acesso e contato com a Psicologia - e ainda tiveram suas falas e demandas ouvidas e atendidas a partir da criação de espaços de escuta e de intervenções comunitárias.

Esperamos assim que esta experiência tenha sido de enriquecimento para todos os envolvidos e que as lacunas ainda deixadas nesse momento possam ser atendidas pelas turmas vindouras de novos e novas estudantes ingressantes no curso de Psicologia da UFAL Palmeira dos Índios, que terão o desafio de continuar a formação e atuação com ética e compromisso político e social.

REFERÊNCIAS

- BOCK, A. M. B. - Psicologia e sua ideologia: 40 anos de compromisso com as elites. In: BOCK, A. M. B. **Psicologia e compromisso social**. São Paulo: Cortez, 2006.
- BOCK, A. M. B. (org) **Psicologias**: Uma introdução ao estudo de Psicologia - São Paulo: Saraiva, 2008.
- FIGUEIREDO, L.C.M. e SANTI, P.L.R. – **Psicologia**: uma (nova) introdução – São Paulo: Educ, 1997.

GESSER, M. Políticas Públicas e Direitos Humanos: Desafios à Atuação do Psicólogo. **Rev. Psi. Ciên. e Prof.** 2013, 33 (núm. esp.), 66-77. Disponível em [\(PDF\) GESSER, M. Políticas Públicas e Direitos Humanos: desafios à atuação do psicólogo. Psicol. cienc. prof. \[online\]. 2013, vol.33, n.spe, pp.66-77. ISSN 1414-9893. | Marivete Gesser - Academia.edu](#). Acesso em: 14 nov. 2022.

GOIS, Cezar Wagner de Lima. Psicologia comunitária. Universitas Ciências da Saúde - vol.01 n.02 - pp.277-297. (S/D)

JACQUES, M. G. C. **Psicologia Social contemporânea** - Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

LANE, S. T. M. & CODO, W. (orgs) **Psicologia Social: O homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

LANE, S. T. M. & SAWAIA, B. B. (orgs). **Novas Veredas da Psicologia Social**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

MARTIN-BARÓ, I. O papel do Psicólogo. **Estudos de Psicologia** 1996, 2(1), 7-27. disponível em: [\\Pi\pi\WINDOWS\Desktop\SciELO](#). Acesso em: 14 nov. 2022.

SAWAIA, B. B. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In SAWAIA, B.B. (org.). **As artimanhas da exclusão**. Análise psicossocial e ética da desigualdade social. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

SAWAIA, B. B. Comunidade: a apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade. In: CAMPOS, R. de F. **Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia**. Petrópolis: Vozes, 2002.

SILVA, R N. da. **A invenção do Psicologia Social**. RJ: Vozes, 2005